

EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICOS DE SÃO LUÍS
EDUCATION AND PRESERVATION OF THE SÃO LUÍS HISTORICAL CENTER

Andréa Katiane Ferreira Costa¹

Ana Elisabete de Almeida Medeiros²

Resumo

Este artigo traz os resultados da pesquisa de mestrado de Costa (2011), com o objetivo de analisar a relação entre ações educativas e práticas preservacionistas na cidade de São Luís. Para isso fez o mapeamento dos instrumentos dessas ações através de seus órgãos de proteção e instituições afins, seguida de sistematização metodológica da análise dos instrumentos de preservação baseando-se em documentos nacionais e internacionais que recomendam, desde 1931, a prática e a promoção de ações educativas. Tais recomendações são pautadas nos conceitos de patrimônio cultural, intervenções arquitetônicas, urbanísticas e ampliados ao longo do tempo. Dentro desse universo foram selecionados doze instrumentos. A pesquisa mostra que as relações entre ações educativas e práticas preservacionistas mudam com o tempo, a instituição promotora, os objetivos e o público para quem se dizem alvo. Os instrumentos para a promoção das ações educativas em São Luís geralmente têm o foco no patrimônio arquitetônico, urbano e seus elementos característicos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Práticas Preservacionistas, Ações Educativas, São Luís.

Abstract

This article brings the results of Costa's master's research (2011), with the objective of analyzing the relationship between educational actions and preservationist practices in the city of São Luís. To do this, he mapped the instruments of these actions through his protection organs and related institutions, followed by methodological systematization of the analysis of preservation instruments based on national and international documents that recommend, since 1931, the practice and promotion of educational actions. Such recommendations are based on the concepts of cultural heritage, architectural and urban interventions and expanded over time. Within this universe, twelve instruments were selected. The research shows that the relationships between educational actions and preservationist practices change over time, the promoting institution, the objectives and the public for whom they claim to be the target. The instruments for promoting educational actions in São Luís generally focus on architectural and urban heritage and its characteristic elements.

Keywords: Cultural Heritage, Preservationist Practices, Educational Actions, São Luís.

¹ Doutoranda, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís, MA, Brasil, andrea.katianefc@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-3426-4878>.

² Professora Doutora, UnB - FAU – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, Brasil, aemedeiros@yahoo.com; <http://lattes.cnpq.br/1766107518538219>.

1. Introdução

A relação entre a preservação do patrimônio cultural e as ações educativas encontra-se configurada do contexto internacional ao local, São Luís-MA. Atualmente, tal relação tornou-se mais complexa. Passados mais de trinta anos da implantação, em 1983, da primeira ação institucional de caráter educativo dirigida à preservação do patrimônio cultural, no Museu Imperial, e adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN³, o Brasil ainda discute os desafios e as potencialidades para a formulação de uma política nacional e para a estruturação de um sistema nacional no que concerne à temática da EP⁴. Tal discussão aponta a dimensão da ação institucional na relação entre preservação do patrimônio cultural e ações educativas, cujo alicerce teórico constitui-se, sobretudo, pelo conjunto de investimentos que a Área de Promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro do IPHAN vem desenvolvendo ao longo do tempo, por meio de diversas iniciativas locais de EP, implementadas Brasil afora.

Este artigo tem o objetivo de discutir a relação entre as ações educativas e a prática preservacionista em São Luís. Assim, se prontifica a identificar e mapear os instrumentos de ação educativa produzidos por órgãos de preservação da cidade e propõe um sistema metodológico de análise dos mesmos, tendo por alicerce a leitura das Cartas Patrimoniais.

Todavia, paralelamente ao uso de tais instrumentos nas variadas formas de ações educativas e a despeito do fortalecimento da dimensão imaterial do patrimônio cultural e dos avanços dialéticos na compreensão das ações educativas, o Brasil continua a vivenciar o desafio de preservar um patrimônio cultural em “pedra e cal” socialmente construído, a partir de uma perspectiva essencialmente arquitetônica. E é nesse contexto, de uma dimensão material imóvel do patrimônio e da falta de análise dos instrumentos de ação educativa que se questiona: como situar a relação entre prática preservacionista e ações educativas por meio da análise dos instrumentos de ação educativa utilizados em São Luís?

O Centro Histórico de São Luís foi escolhido como recorte espacial por sua condição de cidade patrimônio estadual, federal e mundial, e ainda por seu estado de abandono e insegurança. Por fim, a lacuna observada no tocante ao levantamento e análise das ações educativas voltadas para a prática preservacionista na referida localidade.

O artigo divide-se em cinco partes: 1. Introdução; 2. Ações educativas e preservação: alicerce teórico, a perspectiva internacional em Cartas Patrimoniais, a abordagem nacional e as discussões do século XXI; 3. São Luís patrimônio mundial – relação local entre preservação do patrimônio cultural e ações educativas, os três níveis de governo e os procedimentos metodológicos utilizados para a análise das cartilhas; 4. Os instrumentos para a promoção das ações educativas em São Luís – levantamento, contexto e política de preservação em relação às cartilhas e análises e dados estatísticos; 5. Considerações Finais – panorama geral da trajetória do patrimônio cultural nas Cartas Patrimoniais, da sua dimensão de monumento isolado até o imaterial; de suas práticas preservacionistas e ações educativas; das últimas discussões no país; das relações que vêm se estabelecendo entre ações educativas e práticas

3 IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que nasceu como SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1936; passou a se chamar DPHAN - Departamento em 1946; se transformou em IPHAN - Instituto em 1970; SPHAN - Secretaria em 1979; SPHAN - Subsecretaria em 1981; voltou a ser Secretaria - SPHAN em 1985; foi extinto pelo governo Collor em 1990; em 1994 foi criado o IBCP – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e voltou a se chamar IPHAN (FONSECA, 1997, p.25 MEDEIROS, 2002).

4 Relatório Síntese do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/portalFcdAnexo.do?id=1380>>.

preservacionistas em São Luís e, de que modo os instrumentos, enquanto objeto de estudo desta obra, estão inseridos nessas relações.

2. Ações Educativas e Preservação: Alicerce Teórico

A relação entre a preservação do patrimônio cultural e as ações educativas encontra-se configurada desde 1931, no contexto internacional, por meio das Cartas Patrimoniais⁵. Tal relação foi analisada e discutida detalhadamente em Costa (2016) e está resumida na Tabela 1 deste artigo.

No Brasil, a prática preservacionista nasceu na década de 1930, buscando a identidade nacional, e o desejo de renovação das cidades, conforme discussão da Carta de Atenas, de 1933⁶. Mário de Andrade⁷ já ressaltara a importância do aspecto educativo do patrimônio cultural, de forma democratizada para sua sobrevivência, através da divulgação de variadas formas. Em 1937, foi criado o SPHAN, visando proteger e conservar a arquitetura de uma época. As práticas preservacionistas foram marcadas por duas fases no Brasil. A primeira, considerada fase heroica do patrimônio - o SPHAN representava o salvador do patrimônio construído (FONSECA, 1997). Fase iniciada com Rodrigo de M. F. de Andrade (1937-1969),⁸ queria construir uma identidade para o Brasil a partir da valorização do passado, com o argumento da “tradição e civilização” para a preservação do patrimônio cultural, reconhecendo apenas o patrimônio construído como herança europeia (GONÇALVES, 1996). As ações educativas só foram incorporadas às instituições nos anos 1970. Conforme Tabela 2.

A segunda fase do IPHAN, sob a direção de Aloísio Magalhães (1979-1982)⁹, utilizava o argumento da preservação do passado como fator de desenvolvimento do presente e futuro. Magalhães acreditava na diversidade cultural e desenvolvimento (GONÇALVES, 1996). Ver Tabela 3. E resgatava alguns conceitos de Mário de Andrade, conforme as Cartas de Amsterdã, em 1975, do México, em 1985; de Fortaleza, em 1997, e da Convenção de 2003. Quase uma década depois dos Compromissos de Brasília, em 1970, e Salvador, em 1971, recomendando os temas patrimoniais nos currículos, conforme a Carta de Atenas, de 1931, a relação entre educação, cultura e patrimônio começou a ser estabelecida no país de forma mais abrangente, por meio do Projeto Interação, entre 1982 e 1986. O referido projeto nasceu no Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC¹⁰, incorporado ao IPHAN, em 1979. (BRANDÃO, 1996; GONÇALVES, 1996 e FONSECA, 1997). Foi o primeiro projeto dentro do IPHAN voltado para as questões da educação, cultura e patrimônio. Ele não tratou de conceitos de EP, mas da

⁵ Documentos nacionais e internacionais resultantes de reuniões sobre a preservação do patrimônio cultural, que desde 1931, recomenda a promoção e a prática de ações educativas pautadas em conceitos de patrimônio cultural e intervenções arquitetônicas e urbanísticas (IPHAN, 2004).

⁶ GONÇALVES, 1996; FONSECA, 1997.

⁷ FONSECA, 1997, p.106-116; SILVA, 2002, p.129-136.

⁸ Rodrigo de Melo Franco de Andrade, jornalista e jurista que esteve à frente do IPHAN, a convite de Capanema, desde a sua criação, em 1937 até 1969, quando se aposentou. (FONSECA, 1997, p.105 e 159)

⁹ Desenhista Industrial que esteve à frente do IPHAN depois do Estado Novo, em um momento mais propício às mudanças, no período de 1979-1982. Compartilhando das mesmas ideias de Mário de Andrade, trabalhou no sentido de resgatar e colocar em prática parte do Anteprotejo de 1936. Criticou a política de Rodrigo e disse que o anteprojeto de Mário não era aquele, aprovado pelo Decreto-lei nº 25 de 1937. Na sua gestão o SPHAN e a FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória eram inseparáveis, assim como o PCH - Programa das Cidades Históricas e o CNRC - Centro Nacional de Referências Culturais que trabalhavam ao mesmo tempo. (FONSECA, 1997 e GONÇALVES, 1996).

¹⁰ CNRC – criado em 1975 e incorporado ao IPHAN em 1979 por Magalhães. O CNRC integrava um grupo de professores de diferentes áreas do conhecimento da UnB e começou a funcionar na antiga reitoria da referida universidade. (FONSECA, 1997, p. 162).

interação entre educação e os diferentes contextos culturais existentes no país; trabalhou a cultura como processo e não como produto; visava transformar o processo educacional por meio de ações educativas, trabalho interdisciplinar e valorizando os bens consagrados e não consagrados. (BRANDÃO, 1996). Conforme Tabela 3.

Tabela 1: Práticas Preservacionistas e Ações Educativas em Cartas Patrimoniais

CARTA/ANO	PATRIMÔNIO	PRESERVAÇÃO	AÇÃO EDUCATIVA	MEIOS DE FAZÊ-LO	SÍNTESE
Atenas 1931	Monumento isolado.	Originalidade; Museal.	Transmissão de conhecimento;	Pelo Estado através da escola.	Conservar e inculcar valores.
Atenas 1933	Monumento isolado.	Adaptar às novas necessidades; Conservar exemplares.	-	-	Renovação urbana; Progresso e modernidade.
Nova Deli 1956	Imóveis de interesse, sítios arqueológicos	Conservação; proteção; Legislação.	Ações educativas; Divulgação.	Com alunos; história; turismo; imprensa; exposições.	Proteção de vestígios e sítios arqueológicos, e ações educativas.
Veneza 1964	Construções vernaculares significação cultural.	Valor de uso; Adaptação; Características essenciais.	-	-	Dimensão urbana do patrimônio e valor social; Idéia de conjunto.
Normas de Quito 1967	Dimensão Urbana.	Valor econômico.	Com obras de revitalização, educação cívica.		
Paris 1968	Bens imóveis; arqueologia e conjuntos tradicionais.	Conservar, proteger e prevenir; legislação.	“Programas educativos”; visitar patrimônios no mundo.	Via imprensa; rádio e televisão; escola; exposição.	Bens imóveis e sítios; programas de educação e turismo.
Compromisso de Brasília, 1970	Acervo local; recuperar e restaurar.	Órgãos de preservação em Estados e municípios;	Nas escolas através dos currículos.	Ensino básico- “educação moral e cívica”-, e superior.	Descentralizar ações, temas patrimoniais nos currículos.
Compromisso de Salvador, 1971	Valorização e restauração.	Criar MinC; Secretarias de cultura turismo pelo país.	Divulgação; inserção do tema na escola, por currículos.	Divulgação e valorização por meio do turismo.	Criar secretarias de cultura, órgãos de turismo, divulgação
Convenção do Patrimônio Mundial, 1972	Dimensão Mundial.	Proteção em Programa de Planejamento.	Informação e divulgação.	-	Patrimônio Mundial; função social.
Declaração de Amsterdã 1975	-	Reabilitação; adaptação; conservação integrada e gestão compartilhada.	“programas educativos”; com inclusão social para sobrevivência dos centros.	Valor pedagógico do acervo arquitetônico; visita <i>in loco</i> ; conscientizar.	Em tese, início do deslocamento de foco dos bens para o sujeito; Reabilitar áreas urbanas centrais.
Recomendação de Nairóbi, 1976	-	Revitalização; conservação integrada; adaptação.	Sensibilizar e conscientizar; inclusão social; sobrevivência dos centros.	Livros, imprensa exposições, TV, cinema, rádio, audiovisual, visita <i>in loco</i> ...	Revitalização de áreas centrais; conservação integrada e inclusão social.

CARTA/ANO	PATRIMÔNIO	PRESERVAÇÃO	AÇÃO EDUCATIVA	MEIOS DE FAZÊ-LO	SÍNTESE
Declaração do México, 1985	Fator de desenvolvimento;	Política patrimonial; Diversidade e identidades.	Conceitos expandidos de educação e cultura.	Estado mediador; Educação integral; criticidade.	Expansão de patrimônio e cultura; Dimensão democrática.
Fortaleza 1997	Dimensão Imaterial.	Estratégias de proteção do patrimônio.	Programa Nacional de EP, Informação.	Através das experiências do IPHAN.	Programa educativo para conscientização.
Convenção Patrimônio Imaterial, 2003	Consagração do Imaterial.	Instrumento do registro.	“Programas educativos”, conscientização.	Programas para e disseminação de informação.	Consagração do patrimônio imaterial.

Fonte: Elaborado por Andréa Costa

Tabela 2: Práticas Preservacionistas e Ações Educativas no Brasil (1930-1970)

CONTEXTO	PATRIMÔNIO	PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS	AÇÕES EDUCATIVAS	SÍNTESE
Era Vargas Década de 1930	Busca da identidade nacional.	Renovação das cidades; estabelecer identidade nacional.		Ideário nacional; Identidade e cultura;
Anteprojeto Mário de Andrade 1936	Construção de nova imagem para o Brasil. Erudito e popular.	Preservação; Tombamento; valor histórico e artístico nacional. Democratização do conhecimento; Acesso ao patrimônio cultural.	Divulgar e informar a população por diversos meios; aspecto educativo do patrimônio; Alfabetização cultural.	Patrimônio construído de monumentos e conjuntos arquitetônicos de excepcional valor histórico e tradicional.
1ª fase do SPHAN Rodrigo Andrade (1937-1967)	“valorização do passado, da tradição e civilização.”	Renovação x Preservação; Tombamento; valor cultural; Conservação; interesse público; Proteção; Aparato legal.		Sem ações educativas no SPHAN.

Fonte: Elaborado por Andréa Costa

Tabela 3: Práticas Preservacionistas e Ações Educativas no Brasil (1979-1990)

CONTEXTO	PATRIMÔNIO	PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS	AÇÕES EDUCATIVAS	SÍNTESE
2ª fase do SPHAN Aloísio Magalhães (1979-1982)	Preservação do passado para desenvolvimento do presente e futuro.	Identificação; Preservação; Identidade, continuidade, história e memória.	CNRC é incorporado ao SPHAN e PCH; Começa a relação: Educação, cultura e patrimônio.	Ideário nacional; “Diversidade cultural e desenvolvimento. Educação, Cultura e patrimônio.
Projeto Interação do CNRC (1982-1986)	Consagrado e não consagrado.	Construção de conhecimento; Processo cultural.	Interação entre educação e os diferentes contextos culturais do país. Leitura de mundo a partir de realidade local.	Iniciado em momento de abertura política e encerrado por forças políticas.

CONTEXTO	PATRIMÔNIO	PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS	AÇÕES EDUCATIVAS	SÍNTESE
Método de EP em Horta adaptado de projeto Inglês (1983)	Material e imaterial em toda a sua diversidade. "Consagrados e não consagrados."	Conhecer para preservar; Metodologia baseada em exercícios de observação, registro, exploração e apropriação dos bens.	Instrumento de alfabetização cultural; Possibilita ler o mundo a sua volta; Utilização dos bens como fonte primária de conhecimento.	Princípio de criar situações de aprendizagem; promover autoestima e valorizar a cultura brasileira.

Fonte: Elaborado por Andréa Costa

A partir de 1983, a metodologia para a preservação do patrimônio, importada da Inglaterra, denominada *Heritage Education*, e adaptada para o Brasil, começa a ser usada no Museu Imperial-RJ. O termo EP começou a ser usado e integrado às atividades do IPHAN, buscando o diálogo entre gerações. Seu método baseia-se em exercícios de observação, registro, exploração e apropriação dos bens culturais, publicado no "Guia Básico de Educação Patrimonial," de 1999. (HORTA, 1999).

Desde então surgiram inúmeras experiências por órgãos de preservação estaduais e municipais, principalmente nos anos 1990, em contextos e locais diversos, sem que houvesse, no entanto, uma unidade conceitual e metodológica que as orientassem, posto que o tema foi, e ainda é, objeto de diversas áreas de conhecimento e, portanto, sofreu e sofre intervenções e análises de várias construções sócio-políticas.¹¹

Na primeira década do século XXI, muitos têm sido os estudos e concepções acerca da EP, que tratamos ora de Ações Educativas. Ver Tabela 4. Nota-se que, apesar da necessidade das discussões sobre programas educacionais para a preservação do patrimônio, apontada desde Amsterdã, em 1975, somente no século XXI, começam a realizar-se. Conforme Tabela 5.

Tabela 4: Práticas Preservacionistas e Ações Educativas no Brasil – Discussões do século XXI

MOMENTO	AUTOR	AÇÕES EDUCATIVAS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
1ª década Século XXI	Maria Horta	Instrumento de alfabetização cultural; Processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural.
	Mário Chagas	Contrário à metodologia de Horta; Considera ações em contextos mais abrangentes de patrimônio cultural.
	Lígia Segala	Na escola articulando currículo escolar, ações educativas de instituições culturais e formação de professores.
	Sandra Pelegrini	Prática educativa e social; Educação formal ou não; Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
	Ana Casco	Divulgação, transmissão e recriação de valores culturais; Por iniciativa da sociedade ou implantadas pelo Estado – ações sistemáticas e agressivas para organizar o campo.
	Camila	Na escola para promover pensamento crítico; No IPHAN para a

¹¹ Percebe-se, no âmbito nacional dentro do IPHAN, entre técnicos de diferentes áreas que têm entendimentos diferentes sobre o conceito, eficácia e serventia da EP. Em São Luís, também é possível tais diferenças quando a Ações Educativas entre técnicos de diferentes órgãos de proteção e a academia.

	Santos	preservação do patrimônio cultural através de orientação por técnicos de diversas áreas do conhecimento.
--	--------	--

Fonte: Elaborado por Andréa Costa

As Ações Educativas para a preservação do patrimônio têm como diretrizes sugeridas no Encontro de Pirenópolis, em 2008¹²: construção de temas geradores de acordo com cada lugar; conquista da garantia da continuidade e permanência às ações existentes; criação de uma rede; valorização da memória social, centrando a ação na pessoa; articulação entre as três esferas de governo; resgate das ações educativas anteriormente desenvolvidas pelo órgão e pela sociedade civil organizada; valorização da multidisciplinaridade e diversidade de olhares sobre uma mesma realidade (Fonte: DAF/Cogeprom¹³ doIPHAN, por Sônia Rampim Florêncio, 2009). As diretrizes sugeridas em 2008 estão em consonância com diversas Cartas, como de Nairóbi, em 1976, que considera importante lançar mão do variado leque de ações e instrumentos para a preservação em diferentes ambientes e a do México, em 1985, considerando sua dimensão democrática, a autonomia e a diversidade cultural, a partir de múltiplos olhares sobre o tema.

Tabela 5: Reuniões no Brasil – Discussões do século XXI

Ano	REUNIÕES E RELATÓRIOS
2000	Início do trabalho de identificação e mapeamento de ações EP.
2004	Reunião Técnica Pirenópolis / Ações educativas para a preservação.
2005	1º Encontro Nacional EP São Cristóvão - Sergipe.
2006	Convênio Cooperação Técnica com Laboep/UFF-RJ/IPHAN.
2007	Curso de Extensão Educação e Patrimônio Cultural. Laboep/UFF-RJ/IPHAN.
2008	1ª Oficina de Capacitação EP Fomento e Projetos Culturais com Casas do Patrimônio.
2009	Carta de Nova Olinda I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio– CE.
2009	I FNPC – Ouro Preto – MG.

Fonte: Elaborado por Andréa Costa

Nota-se que o evento está voltado para as recomendações dos documentos de Amsterdã (1975), Nairóbi (1976) e México (1985), no que tange à sensibilização e inclusão da população para a própria sobrevivência de tais centros, no tocante à educação que vai da informação à formação da consciência crítica (IPHAN, 2004, p. 199-216). E das Convenções que discutem o patrimônio imaterial em 1997 e 2003, com a sugestão de um Programa Nacional de Educação Patrimonial a partir das experiências do IPHAN, e da promoção de “programas educativos de conscientização e disseminação de informações.” (IPHAN, 2004, p. 371).

A síntese dos posicionamentos dos técnicos do IPHAN quanto à política de ações educativas e preservação do patrimônio em entrevistas, o cruzamento de seus posicionamentos com as orientações em Cartas Patrimoniais, e o posicionamento entre esses técnicos, foram analisados por COSTA (2016). Então, expõe-se a necessidade de um trabalho

12 Reunião que caracteriza a área de Educação Patrimonial como um campo a ser explorado e, tenta organizar e estabelecer uma ação coordenada neste amplo campo de trabalho.

13 Divisão de Articulação e Fomento.

que ultrapasse a informação, a fim de alcançar a apropriação por parte da sociedade, dentro ou fora da escola. Para muitos entrevistados é preciso conscientizar a população, para outros a sensibilização. Há ainda aqueles que defendem a transmissão da ideia de patrimônio e preservação de maneira mais prática, técnica, orientando o cidadão, o proprietário, morador ou usuário dos Centros Históricos, sobre normas e critérios para intervenções nos centros.

3. São Luís Patrimônio Mundial

3.1. A Primeira Metade do Século XX, a Partir dos Tombamentos Até o Século XXI

A cidade de São Luís, com população de 957.515 habitantes e área de 827,14 Km², recebeu tombamento federal em conjunto, em 1955, com as Praças Benedito Leite, João Lisboa, Gonçalves Dias e o Largo do Desterro. Os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão foram integrados em 1974, configurando novo sítio federal tombado (LEITE FILHO, 1997). Em 1997, recebeu o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO. A área tombada de São Luís possui cerca de 5.500 imóveis, sendo pouco mais de 4.500 estadual, de acordo com o Decreto nº 10.089/1986. Conforme processo 509-T/1974, pouco menos de mil bens na área federal. A partir de 2011 a área Federal de tombamento passa a coincidir com a área reconhecida pela UNESCO, como Patrimônio Mundial, com cerca de 1.200 imóveis.

Em São Luís, as discussões e ações em prol da preservação começaram por meio de intelectuais preocupados com a conservação do patrimônio cultural e arquitetônico, entre eles, os irmãos Raimundo e Antônio Lopes¹⁴, que se destacaram entre as décadas de 1910 a 1940, denunciando as depredações e descaracterizações sofridas pelo acervo edificado da cidade não só de São Luís (LEITE FILHO, 1997). Do mesmo modo, atuavam na divulgação e informação do patrimônio por meio das publicações de livros, artigos em jornais e revistas, contribuindo com a ação educativa, e incentivando a participação dos maranhenses em prol da preservação (LOPES, 2005). Os órgãos estaduais foram criados de acordo com as respectivas recomendações do Compromisso de Salvador, em 1971, e do Compromisso de Brasília, em 1970. A proposta de revitalização somente transformou-se no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL, em 1979, durante a I Convenção Nacional da Praia Grande – I CNPG, realizada em São Luís, pelo Governo do Estado. Contando com a presença do então diretor do SPHAN, Aloísio Magalhães (MAGALHÃES, 1985; ANDRÉS, 2006), a 1ª etapa do PPRCHSL (1980/82) consistiu na revitalização da Feira da Praia Grande e obras de urbanização do entorno. Seguida de sucessivas etapas até entrar no século XXI.

Instrumentos como livros, *folders*, desenhos, maquetes, exposições, painéis fotográficos, palestras, projeção de *slides* e a própria intervenção no acervo arquitetônico surgem, no contexto ludovicense das últimas duas décadas do século XX e primeiro decênio do XXI, como meios de ações educativas, com efeitos didáticos, enquadradas no PPRCHSL¹⁵ (ANDRÉS, 2006). Tais ações tiveram função não somente de informar a sociedade maranhense, mas também de dar visibilidade às obras do projeto pelo Governo do Estado. Com exceção da primeira e última cartilha - uma do DPHAP-MA e outra do CPHNAM, de mesmo autor -, nos respectivos anos de 1995 e 2008, coincidentemente foram lançadas dez cartilhas em exatamente uma década, desde que São Luís foi declarada Patrimônio Mundial até o seu décimo aniversário com o título, ver Tabela 6.

14 Intelectuais da primeira metade do século XX, naturais da cidade de Viana, interior do Maranhão. Em: LOPES, 1937; LOPES, 1975; LOPES, 1997; LEITE FILHO, 1997; LOPES, 2005.

15 Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

3.2. Procedimentos Metodológicos

Foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental e levantamento das ações existentes. Para a análise a metodologia foi dividida em: 1. Mapeamento e identificação geral dos instrumentos educativos em prol da preservação; 2. Seleção e apresentação dos objetos de análise; 3. Aplicação da metodologia; 4. Avaliação dos resultados obtidos, por meio de análise comparativa, entre os instrumentos e deles com as Cartas Patrimoniais. Na coleta dos dados, utilizou-se tabelas para o mapeamento das ações educativas, junto aos órgãos de preservação, considerando a classificação dos instrumentos, o ano e a especificação do material. No âmbito federal a 3ª SR/IPHAN; na esfera estadual junto a SPC; DPHAP-MA; CPHNAM; Associação dos Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho e SETUR-MA. E nos órgãos municipais foram feitos levantamentos na FUMPH, antiga CPC/FUNC e SETUR.

Tabela 6: Os doze instrumentos de Educação Patrimonial analisados em São Luís

PUBLICAÇÃO	ANO	ÓRGÃO	TIPO	AUTOR
Zé Grafite e Tijolino em: Uma mudança radical	1995	DPHAP-MA ESTADO	Revista em quadrinhos (20 páginas)	Sr. Deusdedit Carneiro Leite Filho. (então arqueólogo do DPHAP-MA) com participação de uma equipe de profissionais da arqueologia, educação e do designer Terciano.
Cartilha de Educação Patrimonial	1997	CPC/FUNC MUNICÍPIO	Texto informativo: perguntas e respostas (19p)	Sr. Ananias Alves Martins. (historiador e então coordenador do CPC) e participação das arquitetas da referida coordenação, Karla Nunes e Patrycia Miranda
As Lições de Turisminho	2001	SETUR MUNICÍPIO	quadrinhos com pequenos textos (12 pág)	(Srª Janete Chaves (turismóloga da SETUR na época) e participação da pedagoga Márcia Souza).
Manual de Conservação da Capela das Laranjeiras	2004	3ªSR/IPHAN	Texto informativo tipo manual (54 pág)	Srª Kátia Bogéa (historiadora e superintendente da 3ªSR/IPHAN) e da arquiteta do mesmo instituto Stella Brito.
Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial	2005	3ªSR/IPHAN	Texto informativo tipo manual (58 páginas)	Srª Kátia Bogéa (superintendente da 3ªSR/IPHAN) e da arquiteta do mesmo instituto Stella Brito, participação de Raphael Pestana FUMPH e DPHAMP-MA.
Cartilha Educar para Preservar	2005	Centro de Criatividade Odylo Costa Filho/ESTAD	Revista em quadrinhos (6 páginas)	Srª Zelinda Lima. (pesquisadora em folclore e cultura popular, então diretora do referido Centro de Criatividade) e participação da arquiteta Margareth Figueiredo
Preservação de Incêndios, Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial	2006	3ªSR/IPHAN	Texto informativo tipo manual (36 páginas)	Srª Kátia Bogéa (historiadora e superintendente da 3ªSR/IPHAN) e do Coronel Getúlio Pereira (Comandante do Corpo de Bombeiros).
São Luís, cidade gostosa de amar	2006	Iniciativa particular	Revista em quadrinhos (28 páginas)	Prof. Norton F. Corrêa e a arte-educadora Izabel Mota Costa (professores da UFMA), participação do prof. historiador Ananias Martins Alves
Os viajantes do pão do tempo.	2006	SETUR-MA ESTADO	Revista em quadrinhos (29 páginas)	Sr. Iramir Araújo (profissional da empresa “Dupla Ação” que executou a revista) e ilustração de Beto Nicácio.

Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial.	2007	3ªSR/IPHAN	Texto tipo manual (70 pág) Reedição ampliada	Srª Kátia Bogéa (superintendente da 3ªSR/IPHAN) e da arquiteta do mesmo instituto Stella Brito) participação de Raphael Pestana FUMPH e DPHAMP-MA
Desterro Meu Bairro, Meu Patrimônio.	2007	Publicado pela 3ªSR/IPHAN	Texto livro didático, cartilha ou guia de EP (50 pág)	Srª Creudecy Silva (historiadora, arquiteta e mestre em sociologia) participação da pedagoga Lucy Mary e da historiadora Flávia Barro (bolsista do PEP/3ªSR/IPHAN).
Arqueologia do Maranhão	2008	CPHNAMA ESTADO	Revista em quadrinhos (20páginas)	Sr. Deusdedit C. L. Filho (diretor do CPHNMA), arqueóloga Eliane Gaspar e profissionais da área educação e design (Terciano)

Fonte: Elaborado por Andréa Costa

Dos instrumentos a serviço das ações educativas destacam-se as cartilhas, manual e o livro didático, totalizando doze documentos. Nenhum deles foi objeto de estudo, constituindo material inédito com texto, possibilitando a análise. Todos os autores foram entrevistados. A interpretação dos elementos fundamenta-se nas Cartas Patrimoniais, na identificação das similaridades e divergências entre os instrumentos, no foco do material, no estabelecimento da relação entre ações educativas e práticas preservacionistas. Assim foi sistematizada uma metodologia que permitiu a partir da análise de doze instrumentos a promoção de ações educativas, entender a relação entre preservação do patrimônio cultural e ações educativas, considerando seus limites e potencialidades.

4. Instrumentos Para a Promoção das Ações Educativas em São Luís: Contexto e Política

Em São Luís, foram identificadas dez cartilhas, um manual e um livro didático enquanto instrumentos para a ação educativa, no período de 1995 a 2008, lançados por órgãos de preservação do patrimônio, associação, professores da UFMA, SETUR. A primeira cartilha, publicada em 1995, em formato de quadrinhos e elaborada pelo então arqueólogo do DPHAMP-MA, Deusdedit C. L. Filho, contou com profissionais da arqueologia, educação e design. Na época o governo do Estado investia na área federal de tombamento e na área estadual aconteciam descaracterizações em larga escala. As cartilhas eram distribuídas no DPHAMP-MA com objetivo de informar, sensibilizar e conscientizar os moradores do Centro Histórico e o público escolar, para a valorização do patrimônio local. Pretendia atingir seu público através de conteúdo estrategicamente selecionado e adaptado, com pequenos textos e desenhos em linguagens complementares, permitindo de modo lúdico um fácil entendimento. Ver tabela 6.

Com foco no patrimônio construído, a cartilha, está em consonância com as recomendações das Cartas - de Nova Déli, 1956; Veneza, 1964; Paris, 1968; Compromisso de Brasília, 1970; Carta do Restauro, 1972; Amsterdã, 1975; Nairóbi, 1976, México, 1985 e Nara, 1994 - ressaltando o valor do bem isolado, sua dimensão urbana, atribuindo valor a todos, suas dimensões democráticas e imaterial, conforme a Declaração do México, 1985; Carta de Fortaleza, em 1997, e Convenção do Patrimônio Imaterial, em 2003. A cartilha acompanha as grandes expansões do conceito de patrimônio e cultura sem perder o foco no patrimônio construído. Nota-se ainda que foi publicada quando o termo EP ainda não era conhecido na cidade, e o tema patrimônio era novo para população. Então, o material foi importante fonte de informação e busca de interação com os ludovicenses; preocupou-se em desenvolver linguagem capaz de estabelecer diálogo entre órgão de preservação e população, além de despertar o interesse pela preservação. Na cartilha em questão, a relação entre a prática preservacionista e ações educativas, situa-se a partir de uma perspectiva histórica, arquitetônica e urbanística, com abordagem de caráter informativo, dialógico e pedagógico.

No âmbito municipal foi publicada, em 1997, uma cartilha em formato de texto, pelo historiador e então coordenador da CPC/FUNC, Ananias Alves Martins, com a participação das arquitetas Karla Nunes e Patrícia Miranda. Pensada quando São Luís recebeu o Título de Patrimônio Mundial e a Prefeitura criou sua Coordenação de Patrimônio Cultural, a cartilha tinha objetivo de divulgar o patrimônio da cidade com conceitos sobre o tema, legislação, memória e identidade. Além de marcar a inserção da Prefeitura no contexto das ações preservacionistas, como recomenda o Compromisso de Brasília, 1970 e a Carta de Amsterdã, 1975. Seu público era a população de São Luís, com foco nos moradores do Centro Histórico. Estava em consonância com as Cartas - Veneza, 1964; Restauro, 1972; Burra, 1980; Declaração do México, 1985 e Nara, 1994. A cartilha trouxe o entendimento de ação educativa enquanto divulgação e informação como sugere a convenção de 1972; citou o valor pedagógico do acervo arquitetônico e ressaltou o papel da população para com os bens patrimoniais, conforme Nairóbi, 1976. A relação entre a prática preservacionista e ações educativas, situa-se sob o ponto de vista da legislação e normas voltadas para as intervenções arquitetônicas em áreas tombadas, com caráter de informação e orientação técnica.

A cartilha da SETUR municipal, de 2001, com formato de quadrinhos e pequenos textos, foi elaborada pela turismóloga Janete Chaves e pedagoga Márcia Souza, com participação do ilustrador Leomárcio Botelho. O material foi parte do projeto “Turismo Educativo”, para fixação de conteúdo e formação de acervo escolar sobre o tema do turismo e patrimônio, incluindo a educação ambiental. O objetivo era informar, sensibilizar e orientar alunos da rede municipal para a importância do turismo como fonte de preservação e valorização do patrimônio. Pretendia atingir seu público por meio de personagem, com diálogo lúdico, simples e objetivo, além de imagens complementares. A revista trouxe desenhos da arquitetura local e o valor pedagógico do patrimônio, a inclusão social para sobrevivência de áreas centrais, a dimensão imaterial e natural, como fator de desenvolvimento e qualidade de vida à população, segundo indicações em Amsterdã, 1975; Nairóbi, 1976; México, 1985; Fortaleza, 1997; Convenção, 2003; Compromissos de Brasília, 1970, Salvador, 1971 e Norma de Quito, 1967. A relação entre prática preservacionista e as ações educativas se estabelece aqui por meio da informação, sensibilização e valorização do turismo, contidos no patrimônio histórico, cultural e natural. O material não constitui uma cartilha para ação de EP.

A 3ªSR/IPHAN, em 2004, lançou manual no formato de texto informativo, da historiadora e superintendente Kátia Bogéa e da arquiteta Stella Brito. Manual elaborado durante a restauração da Capela de São José das Laranjeiras, como ação educativa, para orientar os trabalhos de manutenção. Foi disponibilizado aos moradores do entorno na entrega da obra e pretendeu atingir seu público por meio de informação e conscientização para uso e conservação, orientando sobre procedimentos de manutenção da Capela e de seus bens móveis. Material em consonância com a carta e Atenas, 1931, enquanto bem imóvel isolado; ressaltou a capacidade da forma, material e elemento decorativo em resgatar informações históricas, vistos em Veneza, 1964; trouxe conceitos das Carta do Restauro, 1972; Cone Sul, 1995 e Conferência de Nara, 1994. A relação entre a prática preservacionista e ações educativas, neste caso, situa-se sob a perspectiva do monumento isolado, seus bens móveis e integrados, com orientação técnica para a restauração e manutenção de seus bens.

Em 2005, a 3ªSR/IPHAN lançou cartilha de EP, em formato de livreto, com textos e fotos. De autoria da superintendente, Kátia Bogéa, dos arquitetos Stella Brito e Raphael Pestana, além da participação da FUMPH, e do DPHAP-MA. Publicada durante programação comemorativa do aniversário de São Luís como Patrimônio da Humanidade, com objetivo de informar acerca dos valores históricos e culturais, e orientar os moradores e usuários da área do Centro, a respeito das intervenções arquitetônicas, e assim pretendeu atingir o público

alvo. A cartilha, com foco no patrimônio construído isolado e seus elementos caracterizantes - segundo a Carta do Restauro, 1972; Cone Sul, 1995 e Conferência de Nara, 1994 -, abordou ainda a dimensão urbana vista em Veneza, 1964; Amsterdã, 1975 e Nairóbi, 1976. Citou o patrimônio imaterial, conforme México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003. Aqui, a relação entre a prática preservacionista e ações educativas, situa-se sob a perspectiva do patrimônio edificado arquitetônico e urbano, seus elementos essenciais e legislação. Material de informação e orientação técnica para intervenções em áreas tombadas.

A Associação dos Amigos do Odylo, por meio do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, elaborou, em 2005, a cartilha em formato de quadrinhos. Com texto da pesquisadora em cultura popular, então diretora do referido Centro, Zelinda Lima e participação da arquiteta Margareth Figueiredo, a cartilha fez parte do projeto de atualizar o Inventário dos Azulejos (Costa, 2016). Projeto patrocinado pela empresa VALE do Rio Doce, contou com visitas “*in loco*” e atividades dirigidas aos alunos da rede pública estadual de ensino da área Itaquibacanga. Alí se encontra instalada a patrocinadora, que delimitou o perímetro de atuação do projeto, caracterizando uma ação de responsabilidade social. Teve objetivo de divulgar os azulejos, de interesse para a preservação, existentes na capital e em mais três cidades do Estado – Alcântara, Viana e Caxias. A cartilha abordou ainda a tipologia arquitetônica, sua dimensão urbana, sua referência simbólica e o patrimônio como responsabilidade de todos, conforme as cartas do México, 1985 e Veneza, 1964. A relação entre a prática preservacionista e ações educativas aqui situa-se a partir do azulejo elemento característico da arquitetura ludovicense, e abordagem informativa, dialética, pontual e de divulgação.

A cartilha de EP foi lançada em 2006 pela 3ªSR/IPHAN, com texto da Superintendente e do Comandante do Corpo de Bombeiros. Segundo a 3ªSR/IPHAN, a cartilha foi pensada em cima da fiscalização e produzida quando houve recurso. O instituto disse ainda que a cartilha tinha a função de conscientizar, sensibilizar e informar a população. A revista lembrou que o patrimônio de São Luís é Mundial, conforme a Convenção de 1972; a função social dos imóveis e sua reintegração à vida da cidade, conforme colocado em Amsterdã, 1975. Informou das responsabilidades e participação da população, recomendada na Declaração do México, 1985. A relação entre a prática preservacionista e as ações educativas, nesta cartilha, se dá sob o ponto de vista da preservação das edificações, com abordagem informativa e de orientação no sentido de prevenir os imóveis de incêndio por meio de boas práticas dos moradores.

Fora das esferas de governo, professores da UFMA, o antropólogo, Norton F. Corrêa, e a arte-educadora, Izabel Mota Costa, com participação do historiador, Ananias Martins, lançaram, em 2006, cartilha no formato de quadrinhos. Com objetivo de familiarizar o público infanto-juvenil da cidade com fatos históricos e seu patrimônio cultural, despertando para a importância do patrimônio mundial e fixando os conteúdos de forma lúdica. Abordou a história da cidade, sua diversidade cultural e evolução urbana. Apresentou a dimensão de monumento isolado e elementos característicos por meio de textos e ilustração, até a dimensão urbana, conforme as cartas de - Veneza, de 1964; Amsterdã, 1975; citou o patrimônio imaterial, conforme a Declaração do México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003. Abordou todas as dimensões, mostrando a importância da preservação histórica, arquitetônica, ambiental, imaterial, simbólica, de uso e lugares, presentes em diversas cartas como Veneza, 1964; México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003. De caráter informativo e pedagógico, a relação entre prática preservacionista e ações educativas nesta cartilha se dá sob o ponto de vista do patrimônio de forma mais abrangente, incluído o patrimônio arquitetônico, e urbanístico e seus elementos, do patrimônio cultural e natural.

A SETUR-MA¹⁶ lançou em 2006, revista em quadrinhos de autoria do historiador Iramir Araújo e arte de Beto Nicácio. A SETUR-MA contratou uma gráfica para elaborar a cartilha educativa, esta por sua vez contratou a empresa de publicidade “Dupla Criação” para a elaboração do material. Seu objetivo visou à divulgação do patrimônio histórico e cultural do Maranhão para o público infanto-juvenil e turistas. De caráter informativo e de marketing, a relação entre prática preservacionista e ações educativas nesta cartilha se dá sob o ponto de vista do patrimônio cultural, histórico arquitetônico e urbanístico, e natural.

A 3ªSR/IPHAN reeditou, em 2007, por ocasião do aniversário dos dez anos do título de patrimônio mundial, a cartilha de EP de 2005. O material foi acrescentado dos capítulos. Nessa reedição as dimensões do patrimônio apresentadas são as mesmas, ou seja, do bem imóvel isolado até o imaterial, mas sempre com o foco no patrimônio edificado e urbano, bem como nos elementos que lhes conferem autenticidade. O objetivo era sensibilizar a população, em particular os moradores da área reconhecida pela UNESCO, a participarem das ações de preservação do patrimônio cultural. Percebeu-se na introdução da cartilha, que o termo conscientização foi substituído por sensibilização. Com foco nas intervenções físicas, segundo recomendações das Cartas de - Veneza, 1964; Restauro, 1972; Burra, 1980 e Nara, 1994, sobre autenticidade. Coloca o patrimônio como responsabilidade dos moradores do Centro e de todos e salienta a gestão compartilhada, do patrimônio mundial, e os bens móveis, imóveis e o registro, conforme México, 1985; Amsterdã, 1975; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003. Neste instrumento a relação entre a prática preservacionista e ações educativas, situa-se sob a perspectiva do patrimônio edificado arquitetônico e urbano, seus elementos e a legislação. De caráter informativo, com orientação técnica para intervenções arquitetônicas na área.

O material “Desterro Meu Bairro, Meu Patrimônio”, foi lançado em 2007 pela 3ªSR/IPHAN, com texto da historiadora e mestre em sociologia Creudecy C. da Silva, das historiadoras, Flávia Barros e Lucy M. de J. P. Costa. O material também é fruto de pesquisas desenvolvidas antes para aquela área, pelo Grupo de Pesquisa Memória e História do curso de Sociologia da UFMA, coordenado pelo professor Alexandre Corrêa. Os textos com os temas do lugar, da memória, da identidade e do patrimônio eram destinados aos participantes das oficinas de EP e moradores do local. Teve por objetivo gerar sentimento de pertencimento, difundir conhecimentos sobre patrimônio cultural. Abordou a dimensão urbana do patrimônio, a significação cultural e características, de acordo com a Carta de Veneza, 1964. Contextualizou o tema memórias, passando patrimônio cultural, em conformidade com Amsterdã, 1975; México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003. Neste caso, além da informação, teve caráter pedagógico e dialógico. Tratou-se de uma Ação Cultural de Educação Patrimonial voltada para o patrimônio cultural edificado e urbano, que não mais existe.

A cartilha lançada, em 2008, pelo Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão – CPHNAM, de autoria do arqueólogo Deusdedit C. L. Filho e equipe multidisciplinar, foi planejada para atender questões elencadas pelo CPHNAM, idealizada para o público escolar, visitantes das exposições temáticas e para a população em geral. Teve objetivo de divulgar e apresentar a arqueologia histórica do Maranhão. Pretendia atingir seu público por meio de textos e desenhos que explicavam e prendiam a atenção do leitor. No material percebe-se princípios contidos em Nova Déli, 1956; Veneza, 1964; México, 1985; e Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003. Neste caso além da informação, tem caráter pedagógico

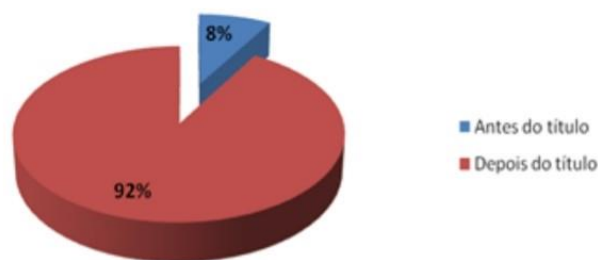
16 Criada em 2007 como órgão ordinário, lançou a cartilha em questão quando ainda era órgão extraordinário, ou seja, Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo, e antes ainda ligada à Secretaria de Indústria e Comércio, em 1986.

e dialógico. Trata-se de um trabalho consciente da ação de Educação Patrimonial voltada inclusive para o patrimônio cultural edificado e urbano, e que tem continuidade.

4.1 Dados Estatísticos das Cartilhas

Dos doze instrumentos analisados apenas uma cartilha, a de 1995, foi lançada antes de São Luís se tornar Patrimônio Mundial em 1997. Das doze publicações de EP em São Luís do Maranhão, publicadas entre 1995 e 2008, cinco, incluindo o manual, foram publicadas pela esfera federal através da 3ªSR/IPHAN, sendo um manual produzido unicamente pela 3ªSR/IPHAN; duas cartilhas e uma reedição em parceria com o DPHAP-MA e FUMPH; uma de Creudecy com grupo de EP do Desterro e apoio financeiro da 3ªSR/IPHAN; e uma sobre Prevenção de Incêndio com colaboração do Corpo de Bombeiros.

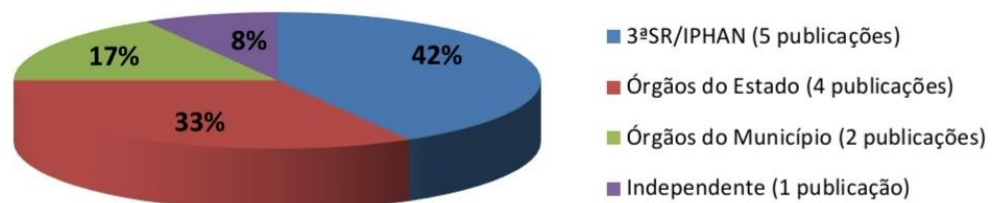
Figura 1: Percentual de publicação antes e depois do Título de Patrimônio Mundial.



Fonte: Elaborado por Andréa Costa

Quatro foram produzidas na esfera estadual, sendo uma do DPHAP-MA; uma, pela Associação de Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, através desse Centro; uma, pela SETUR-MA; e uma pelo CPHNAMA. Já na esfera municipal, foram produzidas apenas duas cartilhas, sendo uma da CPC/FUNC, atual FUMPH, e a outra da SETUR. Das onze publicações, uma cartilha foi elaborada por professores da UFMA.

Figura 2: Percentual de publicações nas esferas de governo em São Luís.

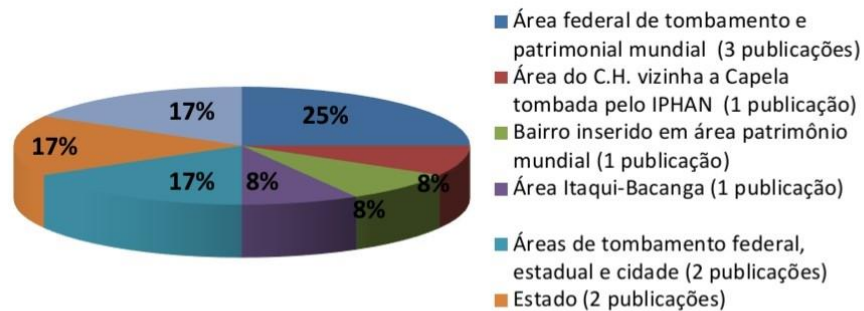


Fonte: Elaborado por Andréa Costa

Com relação ao público alvo, observa-se que dentre aquelas cartilhas publicadas pela 3ªSR/IPHAN uma é direcionada à comunidade do centro responsável por uma determinada capela; outras três são direcionadas aos moradores da área federal, englobando toda a área reconhecida como patrimônio mundial; e uma para moradores do bairro do Desterro.

Enquanto o material da CPC/FUNC é direcionado à população de São Luís de modo geral, com foco nos moradores do Centro Histórico, as cartilhas do DPHAP-MA e CPHNAM têm como alvo os moradores e estudantes da rede pública e particular de ensino. Já a publicação dos professores da UFMA visa o público infanto-juvenil das escolas de São Luís, enquanto os instrumentos da SETUR municipal e SETUR-MA são respectivamente para alunos da rede pública municipal e estadual de ensino, sendo esta última destinada ainda aos turistas.

Figura 3: Percentual de publicações voltadas para áreas específicas



Fonte: Elaborado por Andréa Costa

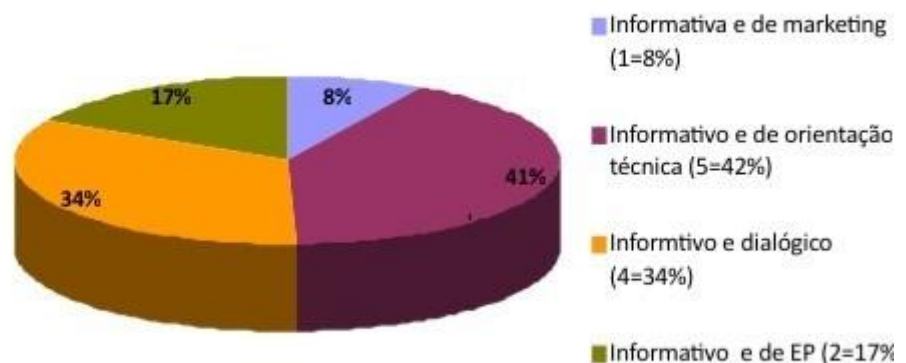
Figura 4: Percentual de publicações voltadas para cada público



Fonte: Elaborado por Andréa Costa

Com relação as linhas de abordagens das cartilhas foi possível observar que a cartilha da SETUR-MA teve função informativa e de marketing. O manual da 3ªSR/IPHAN, e suas cartilhas “Centro Histórico Patrimônio Mundial” e reedição, e a cartilha sobre Prevenção de Incêndio, possuem natureza informativa voltadas para orientações técnicas. Assim como a cartilha “Educação Patrimonial” da CPC/FUNC, atual FUMPH. As cartilhas do DPHAP-MA, “Tijolinho e Zé Grafite: uma mudança radial;” da SETUR municipal, “As Lições de Turisminho”, da “Associação dos Amigos do Odylo” chamada “Educar para Preservar” e dos professores da UFMA, “São Luís cidade gostosa de se amar” possuem caráter informativo e dialógico. Já as cartilhas do CPHNAM, “Arqueologia do Maranhão” e da 3ªSR/IPHAN, “Desterro meu bairro, meu patrimônio” possuem caráter informativo e de ações de Educação Patrimonial propriamente dita.

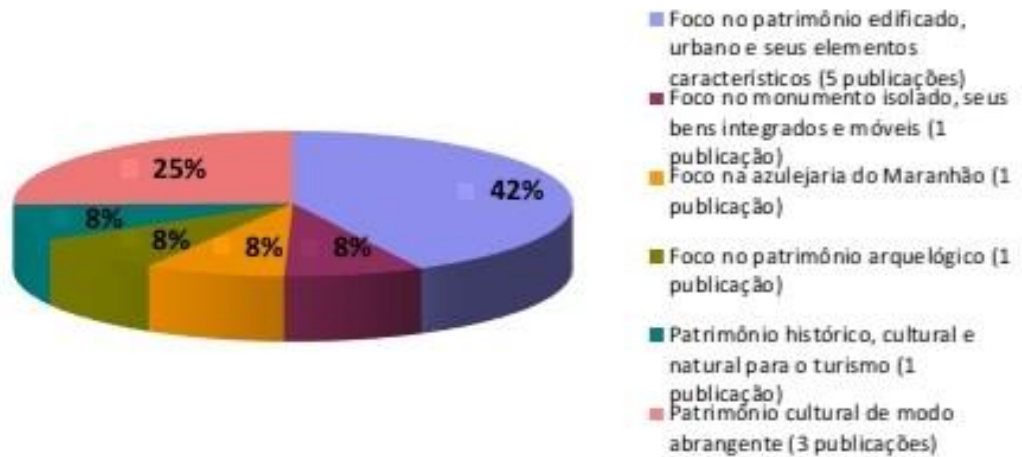
Figura 5: Percentual de publicações com relação a linha de abordagem



Fonte: Elaborado por Andréa Costa

Com relação ao tipo de patrimônio abordado nas cartilhas foi possível observar que todas ressaltam o patrimônio arquitetônico e urbanístico e alguns de seus elementos característicos. A Cartilha do DPHAP-MA, “Zé Garfite e Tijolinho: uma mudança radial;” a cartilha “Educação Patrimonial” da CPC/FUNC e o material da 3ªSR/IPHAN, foram direcionadas ao patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico, e seus elementos característicos, com exceção da Cartilha “Desterro meu bairro, meu patrimônio.” O manual da 3ª SR/IPHAN focou no bem imóvel isolado e seus elementos de composição, bem como seus bens móveis. A cartilha da “Associação dos Amigos do Odylo” deu destaque aos azulejos enquanto elementos característicos de interesse para preservação. A cartilha da CPHNAM, “Arqueologia do Maranhão” focou no patrimônio arqueológico. A cartilha da SETUR municipal “As Lições de Turisminho” voltou-se ao turismo, abordando o patrimônio histórico, cultural e natural. A cartilha “Desterro meu bairro, meu patrimônio,” a cartilha dos professores da UFMA e a cartilha da SETUR-MA abordaram o patrimônio de forma abrangente, considerando todas as suas dimensões. Quanto ao patrimônio imaterial, não é foco de nenhuma cartilha e aparece apenas em algumas.

Figura 6: Percentual de publicações voltadas para determinada dimensão do patrimônio



Fonte: Elaborado por Andréa Costa

4. Considerações Finais

Nas Cartas Patrimoniais percebeu-se que o patrimônio cultural transpõe a dimensão de monumento isolado e material para uma dimensão urbana e imaterial, com práticas preservacionistas, que vão desde a conservação de bens pelo Estado até a sua reutilização, conservação integrada e gestão compartilhada, visando a proteção e a requalificação de áreas centrais através de processo democrático e da inclusão social. Surgem as ações educativas para a preservação, como contribuição à prática preservacionista, passando pela divulgação, informação e conscientização ao diálogo. Tais iniciativas acontecem por meio de ações, projetos e programas, visando a transformação em Políticas Culturais através da inserção da população para a apropriação do patrimônio e formação de cidadãos autônomos e reflexivos.

O I FNPC, mostrou que ainda não há um entendimento a respeito do conceito de Ações Educativas e/ou EP. Entretanto, existe o consenso sobre a necessidade de preservação do patrimônio cultural, e dentre suas iniciativas educativas constam a divulgação e informação, mesmo que sejam insuficientes para a promoção e valorização do patrimônio. Teoricamente, a atual prática preservacionista destaca o cidadão enquanto o centro da educação patrimonial ou das ações educativas. Mas na realidade percebe-se que as ações se voltam para uma orientação técnica, pelo fato de continuar sendo o patrimônio edificado que se fortalece no argumento de suporte físico de memórias, carregado de valores simbólicos, históricos, culturais, sociais e econômicos.

De um lado é correto afirmar que as Ações Educativas, conforme o material pesquisado, desde as Cartas Patrimoniais até o I FNPC, dão-se em níveis e espaços diferentes, podendo ser formativas e informativas, de curto, médio ou longo prazos, com orientação para a preservação de bens materiais, e utilizando-se de meios diversos de divulgação e informação. Por outro lado, a EP exige “um conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação

ativa com o meio natural e social” (LIBÂNEO, 2005, p. 30). Assim, a EP reclama a integração das instituições de preservação, universidade e comunidade, em longo prazo, não cabendo apenas em divulgação e informação, mas sim de diálogo e formação, segundo seu primeiro conceito e discussões contemporâneas, onde destaca-se enquanto instrumento capaz de formar cidadãos conscientes e reflexivos. Diante do exposto, constata-se que ao longo do tempo, as ações educativas são mais utilizadas por órgão de preservação do que a EP propriamente dita.

No que diz respeito às práticas preservacionistas e ações educativas, os instrumentos utilizados pelos órgãos de governo variam de acordo com o público, o conteúdo, a linguagem e o objetivo. Os instrumentos vêm assumindo um caráter informativo, ora voltados para uma estratégia de *marketing* – por meio de instituições de preservação ou a elas vinculadas, visando o turismo e dando visibilidade aos projetos, às obras e intervenções; ora voltados para objetivos mais técnicos, no sentido de informar sobre normas, legislação e orientação quando das intervenções arquitetônicas. Em alguns casos, tais instrumentos assumem um caráter mais dialógico e pedagógico estimulando a reflexão, buscando um aprofundamento de discussões, desempenhando um papel formador.

A análise dos doze instrumentos de ação educativa reforçou a compreensão de que a EP é algo mais amplo e complexo que uma ação educativa. A EP pressupõe sistematização, continuidade, ações multidisciplinares, dentre as quais, destacam-se as ações educativas geradoras das cartilhas “Arqueologia do Maranhão” e “Desterro meu bairro, meu patrimônio.” As demais experiências de produção de cartilhas e manual se revelam como ações educativas. Ainda assim, dos dez instrumentos restantes, apenas quatro entendem a ação educativa como algo que vai além da divulgação e informação. Dos outros seis instrumentos, um é voltado para o *marketing* turístico e os outros cinco possuem caráter de orientação técnica, mais adequados para técnicos e formação de mão de obra especializada.

Constatou-se que todos os instrumentos da ação educativa para a preservação do patrimônio cultural de São Luís ressaltam o patrimônio construído, sendo que a maior parte dos instrumentos tem o patrimônio edificado e urbanístico, e seus elementos característicos como foco, de acordo com recomendações nas Cartas de Veneza, 1964; Restauro, 1972; Amsterdã, 1975; Burra, de 1980; e Nara, 1994. No fim, toda experiência ludovicense aqui analisada está muito distante do estabelecimento de políticas culturais.

O novo modelo de Projeto de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, e seus Planos de Reabilitação e ações para a preservação em diferentes frentes, como as ações de EP, poderia ser um dos caminhos para o entendimento, preservação e manutenção dos Centros antigos. Para tanto, as esferas de governo precisariam trabalhar em conjunto, superando suas diferenças, de modo que as mudanças de governo não afetassem o desenvolvimento dos projetos – o que somente aconteceria se antes houvesse um acordo que assegurasse e mantivesse tais projetos, independentemente das mudanças.

Atualmente, e na perspectiva da gestão compartilhada e da conservação integrada, os projetos buscam oferecer às comunidades autônomas as condições de se manterem independentes a despeito do Centro, a partir do cuidado com as áreas que ocupam. Entende-se a necessidade da participação dos moradores do Centro para a sua preservação e desenvolvimento, assim como a mudança de foco do objeto para a pessoa, uma vez que os mesmos indivíduos, tendo condições de se manterem, possam, então, manter seus espaços. Infelizmente parece que tudo isso ainda acontece teoricamente, pois na prática, não se verificam mudanças efetivas.

Percebe-se a ausência e importância da implementação de ações educativas para além dos moradores do Centro Histórico e cidadãos comuns. Técnicos, funcionários, gestores,

governantes, comerciantes e demais interessados na questão precisam ser pensados como público alvo, bem como devem ser pensados materiais específicos para cada público, tornando viável a efetivação e internalização de políticas de preservação do patrimônio. Por fim reafirma-se que as Cartilhas são válidas, desde que estejam inseridas em um contexto de preservação e ações, onde as mesmas sirvam como subsídios para as ações educativas em prol do patrimônio cultural de São Luís. Dissociadas da função de “conhecer para preservar”, não há que se falar em instrumentos da ação educativa.

Referências

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, MDU. Recife, 2006.

BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de; PESTANA, Raphael Gama (org.). **Centro Histórico de São Luís, Patrimônio Mundial**. São Luís, 2007.

_____, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de; PESTANA, Raphael Gama (org.). **Centro Histórico de São Luís, Patrimônio Mundial**. São Luís, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1986.

CARTA DE NOVA OLINDA. **Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio**, Nova Olinda – CE, 2009.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara Casco. **Sociedade e educação patrimonial**. (Textos Especializados/Educação Patrimonial. Disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/potal/montarPaginaSecao.do>). Acesso em 18/08/2009.

CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoção e adjetivação**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/potal/montarPaginaSecao.do>. Acesso em 18/08/2009.

COSTA, Andréa Katiane Ferreira Costa. **Preservação do Patrimônio Cultural e Instrumentos para a Promoção de Ações Educativas: O caso de São Luís no período de 1995-2008**. São Luís: EDUFMA, 2016. 171 p.

FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – MINC – IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPHAN, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. IPHAN, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Educação patrimonial: o que é educação patrimonial**. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2003/ep/tetxt1.htm>. Acesso em 18/08/2009.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

3ª SR/IPHAN. **Prevenção de Incêndios Centro Histórico de São Luís**. Coord. e texto de Kátia Santos Bogéa e Cel. Getúlio Pereira. São Luís-MA, 2004.

_____. **Manual de Conservação Preventiva da Capela de São José das Laranjeiras.** Texto de Kátia Santos Bogéa e Stella Regina Soares de Brito. São Luís-MA, 2004.

LEITE FILHO, Deusdédit Carneiro. **A proteção do patrimônio cultural arquitetônico e o Governo do Estado do Maranhão: a relação entre a população residente e a ação preservacionista.** Deusdédit Carneiro Leite Filho, Lenir Pereira dos Santos Oliveira e Solange de Jesus Gouvêa Gomes. São Luís, 1997.

_____, Deusdédit Carneiro. **Zé Grafite e Tijolinho em: uma mudança radical.** DPHAP-MA, São Luís, 1995.

_____, Deusdédit Carneiro. **Arqueologia do Maranhão.** Textos de Deusdédit C. Leite Filho e Eliane Gaspar. Arte de Terciano e Projeto Gráfico de Henrique Dias. Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - CPHNAM, São Luís, 2008.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** Ed – São Paulo, Cortês, 2005.

LOPES, José Antônio Viana. **Os intelectuais e a preservação do patrimônio cultural em São Luís.** In: PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. (Org.) **História e paisagem: ensaio urbanístico do Recife e de São Luís.** Recife: Bagaço, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MEDERIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Materialidade e imaterialidade criadoras: o global, o nacional e o local na construção do patrimônio mundial: o bairro do Recife como caso.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília. Brasília, 2002. Capítulos 1 e 2.

PREFEITURA, **Cartilha de Educação Patrimonial.** Prefeitura Municipal de São Luís. Coordenadoria de Patrimônio Cultural – CPC da Fundação Municipal de Cultura - FUNC, São Luís, 1997.

RELATÓRIO, **Apresentação do Projeto Viver o Desterro do Programa de Educação Patrimonial.** Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís/IPHAN/Grupo de Estudos e Pesquisas do Patrimônio e Memória – UFMA/Associação dos Moradores do Centro Histórico/Patrocínio VALE. São Luís, 2004.

_____, **Teatro das Memórias – Ação cultural no Centro Histórico de São Luís.** Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís/IPHAN/Associação dos Moradores do Centro Histórico/Responsável Técnico pelo projeto: Creudecy Silva, São Luís, 2007.

Relatório, **1ª Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio.** Niterói, IPHAN/Laboep-UFF, Niterói-RJ, 2008.

RELATÓRIO Síntese do **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural – Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, Estratégias e Experiências para uma Nova Gestão.** Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/portalFcdAnexo.do?id=1380>>. Acesso em 12/04/2010.

SANTOS, Camila Henrique. **Educação patrimonial: uma ação institucional e educacional.** In: **Patrimônio: práticas e reflexões.** Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007.

SÃO LUÍS, Secretaria Municipal de Turismo. **São Luís, turismo e memória: uma década de experiências da gestão pública municipal.** Organizadora, Maria do Socorro Araújo – São Luís, 2007.

SEGALA, Lygia Segala. **Identidade, educação e patrimônio o trabalho do Laboep.** (Textos Especializados / Educação Patrimonial – Disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/potal/montarPaginaSecao.do>>. Acesso em 18/08/2009.

SILVA, Creudecy Costa da. ***Desterro meu Bairro, meu Patrimônio***. Textos Creudecy Costa da Silva, Flávia Luz Pessoa de Barros, Lucy Mary de Jesus Pereira Costa; [fotos Edgar Rocha]. São Luís, 2007.

SILVA, Fernando Fernandes da. ***Mário e o Patrimônio um anteprojeto ainda atual***. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 30/2002 – Mário de Andrade. (org.) Marta Rossetti Batista. Artigo disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 25/05/2011.